

Edital 3/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2025	180135-ESP-DEPTO.POLICIA JUDIC.CAPITAL-DECAP	ELAINE MINIACI CONCEICAO	19/03/2025 18:43 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	5/2025	SEI Nº 00013494/2025-57

1. Do objeto

PREGÃO ELETRÔNICO

DECAP Nº 90001/2024

CONTRATANTE

(UASG 180135)

OBJETO

Aquisição de pneumáticos e baterias automotivas para atender às necessidades da subfrota do Departamento de Polícia Judiciária da Capital-DECAP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 70.864,84 (setenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia de abril de **2025 às 10:00h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

[menor preço]

Modo de disputa:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO.. 4
2. DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.. 5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.. 7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA. 9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES. 10
7. DA FASE DE JULGAMENTO.. 14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.. 19
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. 21
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA. 22
11. DOS RECURSOS. 23
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES. 23
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.. 27
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. 28

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

(Processo Administrativo SEI nº058.00013494/2025-57)

Torna-se público que o(a) *Estado de São Paulo*, por meio do(a) *Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP*, sediado(a) *na Rua Ferreira de Araújo, 653, Pinheiros/São Paulo* realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é *Aquisição de pneumáticos e baterias automotivas para atender as necessidades da subfrota do Departamento de Polícia Judiciária da Capital-DECAP*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada por item.

2. Do registro de preços

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1 O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. *aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.*

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou **sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10)** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e **as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10)** que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa 3.10).

4.4.6 O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item ofertado;

5.1.2. Marca/modelo;

5.1.3. Fabricante.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. *As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.*

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na sub divisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição [Federal](#), e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor peço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais) para o item 1; R\$ 7,00 (sete reais) para o item 2; R\$ 9,00 (nove reais) para o item 3; R\$ 7,00 (sete reais) para o item 4; R\$ 7,00 (sete reais) para o item 5; R\$ 7,00 (sete reais) para o item 6 ; R\$ 8,00 (oito reais) para o item 7; R\$ 8,00 (oito reais) para o item 8; R\$ 10,00 (dez reais) para o item 9 e R\$ 9,00 (nove reais) para o item 10.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**

6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**

6.11.3. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.**

6.11.4. **Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.**

6.11.5. **Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.**

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplicará tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão no item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço máximo**, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como

Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. Da ata de registro de preços

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. Da formação do cadastro de reserva

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. Dos recursos

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo e-mail: financas.decap@policiacivil.sp.gov.br*.

12. Das infrações administrativas e sanções

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

a. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(2) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 25 % a 30% do valor do Contrato;

(3) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15 % a 30% do valor do Contrato;

(4) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 20 % a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 15 % a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 15 % a 30% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 10 % a 30% do valor do Contrato.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo(s) seguinte(s) meio(s): .e-mail: financas.decap@policiacivil.sp.gov.br*

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema* sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2 .

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo .

14.2.1.1 Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a *regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.*

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. *Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.*

14.2.1.4. *Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.*

14.2.1.5. *Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:*

14.2.1.5.1. *a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;*

14.2.1.5.2. *a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);*

14.2.2. *O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.2.1. *O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.*

14.2.2.2. *O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.*

14.2.2.3. *Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.*

14.2.3. *Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.2.4. *Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.*

14.3. *Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.*

14.4. *Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.*

14.5. *Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.*

14.6. *A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.*

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) *e no Diário Oficial do Estado na opção "Atos de Gestão e Despesa"*.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

14.15.3. ANEXO III – Modelos referente a planilha de proposta;

14.15.4. ANEXO IV – Planilha orçamentária;

São Paulo, 19 de maio de 2025

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELAINE MINIACI CONCEICAO

Subscritora o Edital



Assinou eletronicamente em 19/03/2025 às 18:43:30.

EMYGDIO MACHADO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/03/2025 às 18:22:58.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA.pdf (171.6 KB)
- Anexo II - ANEXO I.1 Estudo Tecnico Preliminar.pdf (86.21 KB)
- Anexo III - ANEXO II - MINUTA DE NOTA EMPENHO.pdf (521.78 KB)
- Anexo IV - ANEXO III - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA de baterias.doc (59.5 KB)
- Anexo V - ANEXO IV- PESQUISA DE PRECOS.pdf (135.16 KB)

Termo de Referência 5/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2025	180135-ESP-DEPTO.POLICIA JUDIC.CAPITAL-DECAP	LUCIMARA DE BRITO OLIVEIRA	19/03/2025 17:09 (v 5.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	5/2025	058.00013494/2025-57

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de pneumáticos e baterias automotivas para atender as necessidades da subfrota do Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP, visando garantir a manutenção do patrimônio público, segurança viária e incolumidade pública, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com o item que compõe este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bateria Automotiva; 60 Ah, 12v, Cca de 460a (ou Acima); Polo Positivo Lado Direito; Terminal Arredondado; Sem Manutenção, Dimensões 246x175x175mm (comprimento x Largura x Altura), 1% de Tolerância Nas Dimensões; Peça Reposição Original; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15940/19, Nbr 15914/18, Nbr 15296 /05; e Ser Fornecida em conformidade com a Resolução Conama Nr.401 de 04/11/2008, ou mais atual.	419344	Unidade	5	R\$ 555,32	R\$ 2.776,62
2	Bateria Automotiva; 75 Ah, 12v, C20 Cca 620 A(no Mínimo), RC 120min; Positivo Lado Direito; Terminal Polo Arredondado;	419342	Unidade	4	R\$ 770,88	R\$ 3083,53

	Dimensões (Comprimento X Largura X Altura) : 28,2 X 17,5 X 19,00 cm, Selada, Sem manutenção; Peça Original, Homologado, 1ª Linha; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 15940 de 2013; e Ser fornecida em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008 ou mais atual					
3	Bateria Automotiva; 95 Amp, 12v, Cca 800, Rc 170; Positivo Lado Direito; Terminal Arredondado; Livre de Manutenção, Selada, Com Indicador de Carga; Peca de Reposição Original de Linha de Montagem; Dimensões: 360mm x 177mm x 190mm (comprimento X largura x Altura); e Suas Condições Deverão Estar de Acordo com a Abnt Nbr 15940:2019, Nbr 15914:2018 e Nbr 15296:2005; e ser fornecida em conformidade com a Resolução Conama 401 ou mais atual.	430483	Unidade	3	R\$ 987,79	R\$ 2.963,38
4	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Reforçado; Dimensões 175/70r14; Aro 14, Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Em Piso molhado mínimo "c", Nível de Ruído Máximo 72db; Capacidade de Carga Ic 88, Velocidade "t"; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus	346733	Unidade	16	R\$ 729,03	R\$11.664,56
5	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 185/60r14; Aro 14; Capacidade de Carga Ic 82, Vel. "h", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72 Db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Fabricado no Ano da Compra, Programa Brasileiro de Etiquetagem	398446	Unidade	4	R\$ 745,60	R\$ 2.982,43
	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões					

6	205/55/r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 , Vel. "v", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 71 Db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Fabricado no Ano da Compra, Programa Brasileiro de Etiquetagem.	275418	Unidade	12	R\$ 764,85	R\$ 9.178,20
7	Pneumático para Utilitário, sem câmara, 8 lonas; Dimensões 205/75 R16 C; Construção Radial; Normal, o Pneu Deve Ter 12 Meses Entre a Data de Fabricação e a Data Da Efetiva Entrega; Aro 16; Ic 110/108Q , Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Em Pista Molhada mínimo "b", Nível de Ruído Externo Máximo 73db; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro, e Programa Brasileiro de Etiquetagem.	287675	Unidade	28	R\$ 831,60	R\$ 23.284,88
8	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 215/60 r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 95 índice de velocidade "V", Resistência a Rolamento mínimo "c", aderência em pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	618840	Unidade	8	R\$ 851,04	R\$ 6.808,32
9	Pneumático para Utilitário; Dimensões 265/60r18; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 110, índice de velocidade "h", Resistência ao Rolamento mínimo "b", Aderência em Pista Molhada mínimo "b", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	617720	Unidade	4	R\$ 1.127,39	R\$ 4.509,56
10	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 205/60/r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 92,	427548	Unidade	4	R\$ 903,34	R\$ 3.613,36

Vel."h", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem					
--	--	--	--	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. Este termo de referência utilizou o modelo de termo de referência versão tr_licitacao_aquisicao_lei_14-133_ESP_05-09-24 do toolkit do compras.sp.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 20 (vinte) dias, contados da Emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. As especificações deste termo de referência são mínimas, podendo ser superiores.

1.6. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.7. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. Esta aquisição tem como objetivo a aquisição de pneumáticos e baterias automotivas, visando atender as necessidades da subfrotta do Departamento de Polícia Judiciária da Capital-DECAP, com finalidade de garantir a manutenção do patrimônio público e segurança viária.

2.2 A fundamentação dos quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto do presente certame está previsto na Lei Orçamentária (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, estando previsto no PCA 2024.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 1.1. deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO que traz orientações sobre a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias.

4.1.3. Quanto ao descarte das carcaças de pneus, em observância ao Decreto nº 68.017 /2023 em seu artigo 3º, inciso II, informamos que para reduzir os impactos ambientais, na medida do possível, a referida aquisição buscou selecionar itens de baixo impacto ambiental bem como fornecedores alinhados com a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada); Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.) e Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos). Fonte: Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 6ª Edição (Setembro/2023).

4.2. Não será permitido, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da empresa à outros como subcontratação do todo, nem parte dos materiais objeto deste termo.

4.3. O prazo de garantia do produto deverá ser de 5 anos, a partir da data da nota fiscal de compra, para os itens de pneus, para os itens de baterias automotivas o prazo de garantia será de 24 meses, exceto a bateria de 95 amperes, com o prazo de garantia de 18 meses, a partir da data da emissão da nota fiscal de compra .

4.4. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais adquiridos, nos termos da legislação vigente, e, devendo repor materiais que forem entregues em desconformidade com o solicitado. A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).

4.5. Prestar todos esclarecimentos que forem solicitados pela contratante e atender reclamações prontamente.

4.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.6.1. Os materiais deverão ser entregues dentro de padrões de qualidade, certificados pelo INMETRO. Produto novo, não reconicionado e / ou remanufaturado, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.

4.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.8. Incluir, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto, implementar sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, mediante recolhimento do mesmo, junto ao seu usuário de origem, entregando-o ao estabelecimento comercial que houver fornecido o material a base de troca, para fins de sua reciclagem, ou destinação final ambientalmente adequada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para os itens de bateria:

4.9.1. Amperagem; Polo positivo Lado Direito; Terminal Polo Arredondado; Sem manutenção; Devendo possuir selo de aprovação do INMETRO

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo para entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados da emissão da nota de empenho, em remessa única.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Ferreira de Araújo, 653, Pinheiros, São Paulo/SP - CEP 05428-001.
- 5.3. O prazo de garantia dos pneus deverá ser de 5 anos, a partir da data da nota fiscal de compra, para os itens de baterias automotivas o prazo de garantia será de 24 meses, exceto a bateria de 95 amperes, que deverá ter o prazo de garantia de 18 meses, a partir da data da emissão da nota fiscal de compra .
- 5.4. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.5. Os bens que apresentarem defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho.
- 5.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 dias úteis, contados a partir da data de retirada dos bens, das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto (s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº68.220, de 2023, art. 17).

- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2.O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao imposto sobre operações a Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.21. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão(ões), contrato(s) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.25. Tratando-se de consórcio :

8.25.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

8.25.2. Designação do consórcio e sua composição;

8.25.3. Finalidade do consórcio;

8.25.4. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

8.25.5. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

8.25.6. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

8.25.7. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

8.25.8. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

8.25.9. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;

8.25.10. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.25.11. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25.12. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio .

8.25.13. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.26. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.26.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.2. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.26.3. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.26.4. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.26.5. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.26.6. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 70.864,84

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 70.864,84 (setenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/180135;

II) Fonte de Recursos: 150001001;

III) Programa de Trabalho: 06181180149890000;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIMARA DE BRITO OLIVEIRA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 19/03/2025 às 16:04:03.

EMYGDIO MACHADO NETO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/03/2025 às 17:09:56.

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 05800013494/2025-57

2. Descrição da necessidade

Cuida-se de procedimento preparatório instaurado com vistas à deflagração de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tendo por objeto a aquisição pneumáticos e baterias automotivas para atender as necessidades da subfrota do Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP com finalidade de garantir a manutenção do patrimônio público e segurança viária.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Apoio Administrativo	Alexandre Kactos de Carvalho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.2. Os fabricantes e importadores de pneus novos devem coletar e dar destinação adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, nos termos da Resolução CONAMA nº 416/2009 e Instrução Normativa nº 09/2021, A Portaria 379/2021 - INMETRO que traz orientações sobre a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia para pneus novos (ENCE) e suas categorias. A exigência da melhor categoria em uma licitação é indicada com base nos princípios da eficiência, e desenvolvimento nacional sustentável e consideração do ciclo de vida e destacamos a importância da motivação administrativa ser detalhada no processo licitatório.
- 4.1.3. Quanto ao descarte das carcaças de pneus, em observância ao Decreto nº 68.017 /2023 em seu artigo 3º, inciso II, informamos que para reduzir os impactos ambientais, na medida do possível, a referida aquisição buscou selecionar itens de baixo impacto ambiental bem como fornecedores alinhados com a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009 (Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada); Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA (Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.) e Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO (aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Pneus Novos). Fonte: Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 6ª Edição (Setembro/2023).
- 4.2. Não será permitido, em hipótese alguma, a transferência das obrigações da empresa à outros como subcontratação do todo, nem parte dos materiais objeto deste termo.
- 4.3. O prazo de garantia do produto deverá ser de 5 anos, a partir da data da nota fiscal de compra, para os itens de pneus, para os itens de baterias automotivas o prazo de garantia será de 24 meses, exceto a bateria de 95 amperes, com o prazo de garantia de 18 meses, a partir da data da emissão da nota fiscal de compra .
- 4.5. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais adquiridos, nos termos da legislação vigente, e, devendo repor materiais que forem entregues em desconformidade com o solicitado.

4.6 A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990).

4.7 Prestar todos esclarecimentos que forem solicitados pela contratante e atender reclamações prontamente.

4.8. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.8.1. Os materiais deverão ser entregues dentro de padrões de qualidade, certificados pelo INMETRO. Produto novo, não reconicionado e / ou remanufaturado, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO. 4.9. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.9. Incluir, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto, implementar sistemas de logística reversa, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, mediante recolhimento do mesmo, junto ao seu usuário de origem, entregando-o ao estabelecimento comercial que houver fornecido o material a base de troca, para fins de sua reciclagem, ou destinação final ambientalmente adequada.

4.10. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para os itens de bateria:

4.10.1. Amperagem; Polo positivo Lado Direito; Terminal Polo Arredondado; Sem manutenção; Devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.

5. Levantamento de Mercado

A Pesquisa de preço será realizada previamente pelo setor competente, para compor o processo licitatório. A pesquisa será condição indispensável para o confronto e exame de proposta que deverá ser realizada nos termos do artigo 23 da Lei Estadual nº 14.133/21 e Decreto nº 67.888/23.

6. Descrição da solução como um todo

A presente licitação será conduzida na modalidade pregão eletrônico, sob o critério de menor preço, nos termos do inciso XLI, artigo 6.º, da NLLC, modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns. O modo de disputa será o aberto, que proporcionará maior competitividade entre os licitantes, em conformidade com o inciso I, do artigo 56 da aludida Lei.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

1 - As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base nas necessidades da subfrota deste Departamento, conforme Memorando nº21/2025, encaminhado através do Serviço de Apoio Administrativo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	CÓDIGO BEC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Bateria Automotiva; 60 Ah, 12v, Cca de 460a (ou Acima); Polo Positivo Lado Direito; Terminal Arredondado; Sem Manutenção, Dimensões 246x175x175mm(comprimento x Largura x Altura), 1% de Tolerância Nas Dimensões; Peça Reposição Original; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15940/19, Nbr 15914/18, Nbr 15296 /05; e Ser Fornecida em conformidade com a Resolução Conama Nr.401 de 04/11/2008, ou mais atual.	419344	5933595	Unidade	5

2	Bateria Automotiva; 75 Ah, 12v, C20 Cca 620 A(no Mínimo), RC 120min; Positivo Lado Direito; Terminal Polo Arredondado; Dimensões (Comprimento X Largura X Altura) : 28,2 X 17,5 X 19,00 cm, Selada, Sem manutenção; Peça Original, Homologado, 1ª Linha; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 15940 de 2013; e Ser fornecida em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008 ou mais atual.	419342	5634180	Unidade	4
3	Bateria Automotiva; 95 Amp, 12v, Cca 800, Rc 170; Positivo Lado Direito; Terminal Arredondado; Livre de Manutenção, Selada, Com Indicador de Carga; Peca de Reposição Original de Linha de Montagem; Dimensões: 360mm x 177mm x 190mm (comprimento X largura x Altura); e Suas Condições Deverão Estar de Acordo com a Abnt Nbr 15940:2019, Nbr 15914:2018 e Nbr 15296:2005; e ser fornecida em conformidade com a Resolução Conama 401 ou mais atual.	430483	5999189	Unidade	3
4	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Reforçado; Dimensões 175/70r14; Aro 14, Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Em Piso molhado mínimo "c", Nivel de Ruído Máximo 72db; Capacidade de Carga Ic 88, Velocidade "t"; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus.	346733	6168060	Unidade	16
5	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 185/60r14; Aro 14; Capacidade de Carga Ic 82, Vel. "h", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72 Db; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro, Fabricado no Ano da Compra, Programa Brasileiro de Etiquetagem.	398446	5679320	Unidade	4
6	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 205/55/r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 , Vel. "v", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 71 Db; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro, Fabricado no Ano da Compra, Programa Brasileiro de Etiquetagem.	275418	3505103	Unidade	12

7	Pneumático para Utilitário, sem câmara, 8 lonas; Dimensões 205/75 R16 C; Construção Radial; Normal, o Pneu Deve Ter 12 Meses Entre a Data de Fabricação e a Data Da Efetiva Entrega; Aro 16; Ic 110/108Q , Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Em Pista Molhada mínimo "b", Nível de Ruído Externo Máximo 73db; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro, e Programa Brasileiro de Etiquetagem.	287675	5440793	Unidade	28
8	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 215/60 r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 95 índice de velocidade "V", Resistência a Rolamento mínimo "c", aderência em pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	618840	6113060	Unidade	8
9	Pneumático para Utilitário; Dimensões 265 /60r18; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 110, índice de velocidade "h", Resistência ao Rolamento mínimo "b", Aderência em Pista Molhada mínimo "b", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	617720	6414443	Unidade	4
10	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 205/60/r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 92, Vel."h", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	427548	6437583	Unidade	4

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 123.146,05

Valor estimado da compra R\$ 123.146,05 (cento e vinte e três mil, cento e quarenta e seis reais e cinco centavos) com base no DFD 28/2024 e DFD 29/2024.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

o presente instrumento estabelece a obrigação do Fornecedor de entregar os materiais ao Comprador de forma imediata e em parcela única, observando o prazo máximo de 20 dias. A necessidade de entrega imediata se justifica pela demanda urgente desta UASG.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2025, e está previsto no PCA 2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de pneus e baterias automotivas.

12.2 Manter a continuidade da prestação de serviços policiais, garantindo a manutenção do patrimônio público, mantendo as viaturas em condições adequadas de rodagem.

13. Providências a serem Adotadas

Após a realização desse Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e, caso aprovado pela Administração, será realizada licitação para aquisição dos itens, através de pregão eletrônico, com entrega em até 20 dias, contados da emissão da Nota de Empenho.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não existem impactos previstos, pois os itens serão utilizados e descartados com os devidos cuidados com a consciência ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável com restrições** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.1. Justificativa da Viabilidade com Restrições

Esta equipe de planejamento declara viável com restrições esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIMARA DE BRITO OLIVEIRA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 17/03/2025 às 14:39:53.



Governo do Estado de São Paulo

ANEXO II (MINUTA DE NOTA DE EMPENHO)

NOTA DE EMPENHO -SIAFEM-2025NE000XX

UG	180135-DEPTO.POLICIA JUDICIÁRIA DA CAPITAL - DECAP
Gestão	00001-GOVERNODO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor	Empresa Vencedora				
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

OrigemMaterial	
----------------	--

Evento	UO	ProgramadeTrabalho	Fonte	NaturezaDespesa	UGR	PI	PTRES
	18002		150010001		180011	000.000.0100	

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho	9-DESPESA NORMAL	RefDispensa			
Licitação		Modalidade	1-ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R\$	
----------------------	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor		
Mês	Valor				

Item:	001	Unidade de Medida	0001	Quantidade		Preço Unitário		PreçoTotal	

Total ou Valor aTransportar R\$	
Local de Entrega	RUA FERREIRA DE ARAUJO,653- CEP: 05428-001, Pinheiros – São Paulo/Capital
Data de Entrega	

XXXXXXXXXXXXXX
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA (em papel timbrado licitante)

PROCESSO SEI 058.0013494/2025-57

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	419344	Bateria Automotiva; 60 Ah, 12v, Cca de 460a (ou Acima); Polo Positivo Lado Direito; Terminal Arredondado; Sem Manutenção, Dimensões 246x175x175mm(comprimento x Largura x Altura), 1% de Tolerância Nas Dimensões; Peça Reposição Original; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Abnt Nbr 15940/19, Nbr 15914/18, Nbr 15296 /05; e Ser Fornecida em conformidade com a Resolução Conama Nr.401 de 04/11/2008, ou mais atual.	5	R\$	R\$
2	419342	Bateria Automotiva; 75 Ah, 12v, C20 Cca 620 A(no Mínimo), RC 120min; Positivo Lado Direito; Terminal Polo Arredondado; Dimensões (Comprimento X Largura X Altura) : 28,2 X 17,5 X 19,00 cm, Selada, Sem manutenção; Peça Original, Homologado, 1ª Linha; e Suas Condições Deverão Estar de Acordo Com a Norma Abnt Nbr 15940 de 2013; e Ser fornecida em conformidade com a Resolução Conama Nr. 401 de 04/11/2008 ou mais atual	4	R\$	R\$
3	430483		3	R\$	R\$

		Bateria Automotiva; 95 Amp, 12v, Cca 800, Rc 170; Positivo Lado Direito; Terminal Arredondado; Livre de Manutenção, Selada, Com Indicador de Carga; Peca de Reposição Original de Linha de Montagem; Dimensões: 360mm x 177mm x 190mm (comprimento X largura x Altura); e Suas Condições Deverão Estar de Acordo com a Abnt Nbr 15940:2019, Nbr 15914:2018 e Nbr 15296:2005; e ser fornecida em conformidade com a Resolução Conama 401 ou mais atual.			
4	346733	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Reforçado; Dimensões 175/70r14; Aro 14, Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Em Piso molhado mínimo "c", Nível de Ruído Máximo 72db; Capacidade de Carga Ic 88, Velocidade "t"; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544 /12, e Com Programa Brasileiro de Etiquetagem de Pneus.	16	R\$	R\$
5	398446	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 185/60r14; Aro 14; Capacidade de Carga Ic 82, Vel. "h", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72 Db; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro, Fabricado no Ano da Compra, Programa Brasileiro de Eti-	4	R\$	R\$

		quetagem.			
6	275418	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 205/55/r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 91 , Vel. " v", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 71 Db; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro, Fabricado no Ano da Compra, Programa Brasileiro de Etiquetagem.	12	R\$	R\$
7	287675	Pneumático para Utilitário, sem câmara, 8 lonas; Dimensões 205/75 R16 C; Construção Radial; Normal, o Pneu Deve Ter 12 Meses Entre a Data de Fabricação e a Data Da Efetiva Entrega; Aro 16; Ic 110/108Q , Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Em Pista Molhada mínimo "b", Nível de Ruído Externo Máximo 73db; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro, e Programa Brasileiro de Etiquetagem.	28	R\$	R\$
8	618840	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 215/60 r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 95 índice de velocidade "V", Resistência a Rolamento mínimo "c", aderência em pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	8	R\$	R\$
9	617720	Pneumático para Utilitário; Dimensões 265/60r18; Construção Radial; Estrutura Normal; Aro 18; Ic 110, índice de velocidade "h", Resistência		R\$	R\$

		ao Rolamento mínimo "b", Aderência em Pista Molhada mínimo "b", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem.	4		
10	427548	Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Normal; Dimensões 205/60/r16; Aro 16; Capacidade de Carga Ic 92, Vel."h", Resistência ao Rolamento mínimo "c", Aderência Pista Molhada mínimo "c", Ruído Máximo 72db; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro, Port. 544/12, e com Programa Brasileiro de Etiquetagem	4	R\$	R\$

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Observações:

1. Todos os impostos inclusos.
2. A proposta deverá indicar descrição dos pneus e baterias automotivas, apresentando marca/modelo.
3. A proponente deve obrigatoriamente anexar em sua proposta comercial catálogo, manuais folhetos, sites impressos da web, com suas respectivas URLs para conferência, ou qualquer outro tipo de documento técnico do fabricante, que demonstre a aderência ao termo de referência.

....., ... de..... de 2025.
(Nome/assinatura do representante legal

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
5/2025	180135	Concluída	LUCIMARA DE BRITO OLIVEIRA

Título: Aquisição de baterias automotivas e pneus automotivas

Observações:

Total de itens cotados: 10 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 70.864,8319

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
419344 - Bateria Automotiva Tipo: Selada , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 60 AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido	Unidade	5
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 400,0000	R\$ 555,3244	R\$ 559,0000
Coeficiente de Variação: 13,6986% Desvio Padrão: 76,0715 Maior Preço: R\$ 676,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 190,0000	21/02/2025	Não
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 321,0000	18/02/2025	Não
3	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 199,0000	11/02/2025	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 334,0000	10/02/2025	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 334,0000	10/02/2025	Não
6	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	29	Unidade	R\$ 338,0000	03/02/2025	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 325,0000	31/01/2025	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 315,0000	31/01/2025	Não
9	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 337,0000	22/01/2025	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br					

i10	I	gov.br	3	Unidade	R\$ 400,0000	22/12/2024	Sim
11	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 643,9200	11/12/2024	Sim
12	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 387,0000	19/11/2024	Não
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 417,6300	07/11/2024	Não
14	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	56	Unidade	R\$ 379,0000	07/11/2024	Não
15	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 394,9100	30/10/2024	Não
16	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 350,0000	30/10/2024	Não
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	104	Unidade	R\$ 508,0000	23/10/2024	Sim
18	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	67	Unidade	R\$ 395,0100	23/10/2024	Não
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 265,0000	22/10/2024	Não
20	I	ESP-SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 305,0000	21/10/2024	Não
i21	I	CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-PB - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 468,0000	09/10/2024	Não
22	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 229,0000	07/10/2024	Não
23	I	PREFEITURA DE DIAMANTE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 182,0000	03/10/2024	Não
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 300,0000	03/10/2024	Não
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 268,0000	27/09/2024	Não
i26	I	MSP-CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 440,0000	26/09/2024	Não
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 250,0000	26/09/2024	Não
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 310,0000	26/09/2024	Não
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 350,0000	12/09/2024	Não
30	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 520,0000	11/09/2024	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 337,0000	05/09/2024	Não
32	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 364,0000	30/08/2024	Não
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 431,2000	27/08/2024	Não
34	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 399,0000	14/08/2024	Não
35	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 242,3200	08/08/2024	Não
36	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 229,0000	26/07/2024	Não
37	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 344,4900	24/07/2024	Não
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 585,0000	15/07/2024	Sim
39	I	MSP-CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 440,0000	14/07/2024	Não
40	I	CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE DA R.DE U. CENTRO SUL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 340,0000	09/07/2024	Não
41	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 363,9500	05/07/2024	Não
42	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 349,9200	20/06/2024	Não

43	I	ESTADO DAS ALAGOAS - Compras.gov.br	1 Unidade	R\$ 676,0000	17/06/2024	Sim
i 44	I	ESP-UNIV EST PAULJULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	5 Unidade	R\$ 295,9000	09/06/2024	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50 Unidade	R\$ 312,9700	21/05/2024	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	71 Unidade	R\$ 348,9900	21/05/2024	Não
47	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	254 Unidade	R\$ 312,9700	21/05/2024	Não
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12 Unidade	R\$ 318,0000	20/05/2024	Não
49	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80 Unidade	R\$ 345,0000	17/05/2024	Não
50	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	46 Unidade	R\$ 210,0000	16/05/2024	Não
51	IV	Bemol S/A - Fornecedor	5	R\$ 559,0000	05/03/2025	Sim
52	IV	Vip Baterias Automotivas - Fornecedor	5	R\$ 577,0000	05/03/2025	Sim
53	IV	MERCADOCAR MERCANTIL DE PEÇAS LTDA - Fornecedor	5	R\$ 529,0000	05/03/2025	Sim

Legenda:

 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.

i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
419342 - Bateria Automotiva Tipo: Selada , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 75 AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido	Unidade	4
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 530,0000	R\$ 770,8825	R\$ 787,4500
Coeficiente de Variação: 16,6904% Desvio Padrão: 128,6634 Maior Preço: R\$ 945,0000		
Método de cálculo adotado: Média		



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 580,0000	20/02/2025	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 516,0000	20/02/2025	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 539,3300	20/02/2025	Não
4	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 445,0000	06/02/2025	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 518,0000	23/01/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 699,6000	10/01/2025	Não
7	I	PREFEITURA DE DE CALIFORNIA - PR - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 281,0000	17/12/2024	Não
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 562,0000	17/12/2024	Não
9	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	93	Unidade	R\$ 450,0000	13/12/2024	Não

10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 735,0000	03/12/2024	Sim
11	I	PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 489,0000	02/12/2024	Não
12	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 530,0000	27/11/2024	Sim
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 415,0000	27/11/2024	Não
14	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 460,0000	14/11/2024	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 509,0000	12/11/2024	Não
16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 578,0000	12/11/2024	Não
17	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 497,9900	07/11/2024	Não
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 455,3600	30/10/2024	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	154	Unidade	R\$ 495,0000	23/10/2024	Não
20	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 570,0000	22/10/2024	Não
21	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 520,0000	16/10/2024	Não
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 945,0000	14/10/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 655,0000	14/10/2024	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 380,0000	03/10/2024	Não
25	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 479,3800	24/09/2024	Não
26	I	CASA DA MOEDA DO BRASIL - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 889,0000	24/09/2024	Não
27	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 590,0000	24/09/2024	Não
28	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 200,0000	12/09/2024	Não
29	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 320,0000	12/09/2024	Não
30	I	ESP-UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 550,0000	06/09/2024	Não
31	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 560,0000	05/09/2024	Não
32	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 524,0000	22/08/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 381,0000	22/08/2024	Não
34	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 614,0000	14/08/2024	Não
35	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 292,0000	09/08/2024	Não
36	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 458,2000	05/08/2024	Não
37	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 578,0000	02/08/2024	Não
38	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 379,0000	26/07/2024	Não
39	I	PREFEITURA DE SAO JORGE D'OESTE - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 400,0000	25/07/2024	Não
40	I	PREFEITURA CORONEL BICACO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 400,0000	19/07/2024	Não
		ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA					

41	I	PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 500,0000	04/07/2024	Não
42	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 478,0000	21/05/2024	Não
43	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 551,8000	20/05/2024	Não
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 397,0000	20/05/2024	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 378,9000	20/05/2024	Não
46	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 550,0000	07/05/2024	Não
47	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 718,8500	03/05/2024	Sim
48	IV	ACCIOLY IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA - Fornecedor	4		R\$ 843,4100	05/03/2025	Sim
49	IV	MERCADOCAR MERCANTIL DE PEÇAS LTDA - Fornecedor	4		R\$ 839,9000	05/03/2025	Sim
50	IV	HAVAN S.A. - Fornecedor	4		R\$ 899,9000	05/03/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item

430483 - Bateria Automotiva Tipo: Selada , Aplicação: Sprinter 313 Sf Ano 2004 , Características Adicionais: Polo Positivo Vd; Garantia Min. 01 Ano , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 95 AH, Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

3

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 469,0000

●

 Média

R\$ 987,7933

Mediana

R\$ 976,1100

Coeficiente de Variação: 26,0234%

Desvio Padrão: 257,0577

Maior Preço: R\$ 1.400,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 694,9000	10/02/2025	Não
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 694,9000	10/02/2025	Não
3	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 259,0000	10/02/2025	Não
4	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 359,9000	10/02/2025	Não
5	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 304,0000	10/02/2025	Não
6	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 304,9000	10/02/2025	Não
7	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 324,9000	10/02/2025	Não
8	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 626,0000	10/02/2025	Não
9	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 534,0000	10/02/2025	Não
10	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 718,0000	10/02/2025	Sim

11	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 219,0000	10/02/2025	Não
12	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 314,0000	10/02/2025	Não
13	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 295,0000	10/02/2025	Não
14	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 274,0000	10/02/2025	Não
15	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 330,0000	10/02/2025	Não
16	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 624,0000	10/02/2025	Não
17	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 552,0000	04/02/2025	Não
i18	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.380,0000	29/12/2024	Sim
i19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 992,8000	11/12/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 862,5300	10/12/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 798,0000	03/12/2024	Sim
22	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 469,0000	07/11/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 655,0000	06/11/2024	Não
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 610,8700	30/10/2024	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 790,0000	30/10/2024	Sim
26	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 410,0000	28/10/2024	Não
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 596,9900	23/10/2024	Não
i28	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.395,0000	21/10/2024	Sim
29	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 606,7300	09/10/2024	Não
30	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 719,0000	09/10/2024	Não
31	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	560	Unidade	R\$ 719,0000	09/10/2024	Não
32	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 529,0000	08/10/2024	Não
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 800,0000	08/10/2024	Sim
i34	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.400,0000	05/10/2024	Sim
35	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 465,0000	27/09/2024	Não
36	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.100,0000	15/09/2024	Sim
37	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 530,0000	30/08/2024	Não
38	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 594,7000	28/08/2024	Não
39	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	65	Unidade	R\$ 634,0000	26/08/2024	Não
i40	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 1.117,9200	25/08/2024	Sim
i41	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 498,0000	21/08/2024	Não

i 42	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 555,0000	21/08/2024	Não
43	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 497,0000	20/08/2024	Não
44	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 815,8000	20/08/2024	Não
45	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	33	Unidade	R\$ 383,0000	09/08/2024	Não
46	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 399,9900	09/08/2024	Não
47	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 613,6000	05/08/2024	Não
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 635,0000	30/07/2024	Não
49	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 440,0000	26/07/2024	Não
50	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 486,0000	26/07/2024	Não
51	IV	MERCADOCAR MERCANTIL DE PEÇAS LTDA - Fornecedor	3		R\$ 969,9000	05/03/2025	Sim
52	IV	POSTO DAS BATERIAS EIRELI - Fornecedor	3		R\$ 976,1100	05/03/2025	Sim
53	IV	David Carlos Lopes da Silva - ME - Fornecedor	4		R\$ 1.047,6400	05/03/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item
346733 - Pneu Veiculo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial . Características Adicionais: Com Câmara , Dimensões: 175/70 R 14

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
16

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

● Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 5,3543%
Desvio Padrão: 39,0350
Maior Preço: R\$ 768,0700

R\$ 690,0000

R\$ 729,0350

R\$ 729,0350



Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	Pneustyres - Fornecedor	16		R\$ 577,9500	05/03/2025	Não
2	IV	Magazine Luiza S/A - Fornecedor	16		R\$ 768,0700	05/03/2025	Sim
3	IV	Koi Comércio de Veículos e Peças Ltda - Fornecedor	16		R\$ 570,0000	05/03/2025	Não
4	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 298,0000	27/02/2025	Não
5	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	84	Unidade	R\$ 304,0000	26/02/2025	Não
6	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 262,6200	25/02/2025	Não
7	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	95	Unidade	R\$ 275,0000	24/02/2025	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 312,9000	20/02/2025	Não
SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE							

9	I	V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 299,0000	20/02/2025	Não
10	I	PREFEITURA DE DOM BASILIO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 510,0000	19/02/2025	Não
11	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 339,0000	19/02/2025	Não
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 310,0000	17/02/2025	Não
13	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 306,0000	13/02/2025	Não
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 398,0000	10/02/2025	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 310,0000	05/02/2025	Não
16	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 395,0000	05/02/2025	Não
17	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 290,0000	05/02/2025	Não
18	I	ECE - ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	142	Unidade	R\$ 280,0000	05/02/2025	Não
19	I	ECE - ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	436	Unidade	R\$ 280,0000	05/02/2025	Não
20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	158	Unidade	R\$ 290,0000	04/02/2025	Não
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 241,0000	04/02/2025	Não
22	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	84	Unidade	R\$ 275,0000	27/01/2025	Não
23	I	PREFEITURA DE JANIOPOLIS PR - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 250,0000	27/01/2025	Não
24	I	PREFEITURA DE ITACURUBI - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 268,0000	23/01/2025	Não
25	I	PREFEITURA DE ITACURUBI - Compras.gov.br	360	Unidade	R\$ 264,0000	23/01/2025	Não
26	I	PREFEITURA DE ITACURUBI - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 267,0000	23/01/2025	Não
27	I	PREFEITURA DE SAO JOAO - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 233,0000	21/01/2025	Não
28	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 254,0000	14/01/2025	Não
i29	I	ESP-DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELET-DAEE - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 312,2700	07/01/2025	Não
30	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 250,0000	30/12/2024	Não
31	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 53,0000	27/12/2024	Não
32	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 258,0000	27/12/2024	Não
33	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ - PA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 333,0000	20/12/2024	Não
i34	I	ESP-UNIV EST PAUL.JULIO MESQ. FILHO-UNESP - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 649,0000	19/12/2024	Não
35	I	ESP-SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 428,9000	19/12/2024	Não
36	I	PREFEITURA DE ROQUE GONZALES - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 280,0000	19/12/2024	Não
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 308,8800	19/12/2024	Não
i38	I	ESP-HOSP. CLIN FAC.MED.MARILIA - HCFAMEMA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 328,0000	17/12/2024	Não
39	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	84	Unidade	R\$ 550,0000	16/12/2024	Não
40	I	PREFEITURA DE PEROLA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 220,0000	16/12/2024	Não

41	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 282,0000	16/12/2024	Não
42	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 238,9900	13/12/2024	Não
43	I	PREFEITURA DE MANDIRITUBA - PR - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 230,0000	11/12/2024	Não
44	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 450,0000	10/12/2024	Não
45	I	ESP-SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 420,0000	09/12/2024	Não
46	I	PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 260,0000	03/12/2024	Não
47	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 280,0000	02/12/2024	Não
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 309,0000	29/11/2024	Não
49	I	ESP-SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 349,3100	25/11/2024	Não
50	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 318,0000	22/11/2024	Não
51	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	192	Unidade	R\$ 380,0000	21/11/2024	Não
52	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 308,0000	21/11/2024	Não
53	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 690,0000	18/11/2024	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item
398446 - Pneu Veiculo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 185/60 R14

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
4

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coeficiente de Variação: 21,6584%
Desvio Padrão: 161,4868
Maior Preço: R\$ 929,0000

R\$ 445,0000

R\$ 745,6080

R\$ 800,0000



Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 260,0000	25/02/2025	Não
2	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	160	Unidade	R\$ 750,0000	20/02/2025	Sim
3	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	72	Unidade	R\$ 659,0000	20/02/2025	Não
4	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	72	Unidade	R\$ 1.532,0000	20/02/2025	Não
5	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 929,0000	20/02/2025	Sim
6	I	SERVICO AUTON DE AGUA E ESG DE V.REDONDA RJ - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 269,0000	20/02/2025	Não
7	I	ESTADO DO PIAUI - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 271,0000	11/02/2025	Não
8	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 255,0000	04/02/2025	Não
		COMANDO DO EXERCITO - Compras.					

9	I	gov.br	40	Unidade	R\$ 230,0000	04/02/2025	Não
10	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 240,0000	20/12/2024	Não
11	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 337,8600	16/12/2024	Não
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 245,0000	13/12/2024	Não
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 318,9900	27/11/2024	Não
14	I	ESP-SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 270,0000	25/11/2024	Não
15	I	PREFEITURA DE BELA VISTA DO PARAISO - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 4.324,0000	19/11/2024	Não
16	I	PREFEITURA DE BELA VISTA DO PARAISO - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 4.324,0000	19/11/2024	Não
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 238,0000	08/11/2024	Não
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 245,7000	07/11/2024	Não
19	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 257,0000	06/11/2024	Não
20	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 234,0000	30/10/2024	Não
21	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 310,0000	28/10/2024	Não
22	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 210,0000	23/10/2024	Não
23	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 210,0000	23/10/2024	Não
24	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 232,0000	11/10/2024	Não
25	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 244,9900	08/10/2024	Não
26	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 244,9900	08/10/2024	Não
27	I	PREFEITURA DE MARIPÁ - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 225,0000	01/10/2024	Não
28	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 255,0000	27/09/2024	Não
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 233,0000	24/09/2024	Não
30	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 246,0000	18/09/2024	Não
31	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 258,0000	11/09/2024	Não
32	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 280,0000	04/09/2024	Não
33	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 270,0000	30/08/2024	Não
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 304,9000	28/08/2024	Não
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras. gov.br	8	Unidade	R\$ 364,9900	29/07/2024	Não
36	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 278,0000	29/07/2024	Não
37	I	ESTADO DO AMAZONAS - Compras. gov.br	24	Unidade	R\$ 3.914,0000	23/07/2024	Não
38	I	PREFEITURA DE BELA VISTA DO PARAISO - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 230,0000	03/07/2024	Não
39	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 260,0000	19/06/2024	Não
40	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	74	Unidade	R\$ 268,5000	17/06/2024	Não

41	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 494,0000	17/06/2024	Não
42	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 342,6700	17/06/2024	Não
43	I	CONSORCIO PUBL INTERM DE INOV E DESENV DO PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 250,0000	17/06/2024	Não
44	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 269,0000	24/05/2024	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 185,9800	26/04/2024	Não
46	I	PREFEITURA DE SABAUDIA - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 390,0000	24/04/2024	Não
47	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 225,0000	27/03/2024	Não
48	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 255,0000	25/03/2024	Não
49	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 190,0000	25/03/2024	Não
50	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 474,0000	11/03/2024	Não
51	IV	Magazine Luiza S/A - Fornecedor	4		R\$ 800,0000	05/03/2025	Sim
52	IV	FULL PNEUS E SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA - Fornecedor	4		R\$ 445,0000	05/03/2025	Sim
53	IV	GOPARTS INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA - Fornecedor	4		R\$ 804,0400	05/03/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item

275418 - Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 205/55 R16 , Modelo: Radial

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

12

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 491,3000

Média

R\$ 764,8500

Mediana

R\$ 717,1950

Coeficiente de Variação: 30,1683%

Desvio Padrão: 230,7420

Maior Preço: R\$ 1.059,8900

Método de cálculo adotado: Média



Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 565,0000	25/02/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	88	Unidade	R\$ 367,0000	17/02/2025	Não
3	I	PREFEITURA DE RIO LARGO - AL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 162,1500	13/02/2025	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 253,0000	04/02/2025	Não
5	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 430,0000	03/02/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	26	Unidade	R\$ 430,0000	27/01/2025	Não

7	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 286,0000	26/12/2024	Não
8	I	PREFEITURA DE PEROLA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 270,0000	16/12/2024	Não
9	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 320,0000	16/12/2024	Não
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 579,0000	11/12/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 339,7800	09/12/2024	Não
12	I	PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 290,0000	03/12/2024	Não
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 355,0000	02/12/2024	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 309,0000	29/11/2024	Não
15	I	PREFEITURA DE SANTA HELENA - PR - Compras.gov.br	108	Unidade	R\$ 295,0000	25/11/2024	Não
16	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 280,0000	08/11/2024	Não
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 429,6700	07/11/2024	Não
18	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 387,0000	05/11/2024	Não
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 327,0000	04/11/2024	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 333,2000	31/10/2024	Não
21	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 325,0000	29/10/2024	Não
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	66	Unidade	R\$ 288,9900	23/10/2024	Não
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 282,0000	22/10/2024	Não
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 277,0000	22/10/2024	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 363,3500	21/10/2024	Não
26	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 300,7600	15/10/2024	Não
27	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 257,0000	08/10/2024	Não
28	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 350,0000	04/10/2024	Não
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 287,0000	24/09/2024	Não
30	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 329,0000	23/09/2024	Não
31	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 320,0000	20/09/2024	Não
32	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 269,0000	12/09/2024	Não
33	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 491,3000	12/09/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 302,0000	11/09/2024	Não
35	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 385,0000	10/09/2024	Não
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 345,0000	05/09/2024	Não
37	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 340,0000	30/08/2024	Não

38	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 290,0000	21/08/2024	Não
39	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 252,0000	20/08/2024	Não
40	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 315,0000	14/08/2024	Não
41	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 238,0000	09/08/2024	Não
42	I	ESP - DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 235,0000	06/08/2024	Não
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	204	Unidade	R\$ 294,1700	05/08/2024	Não
44	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 255,0000	29/07/2024	Não
45	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 269,0000	25/07/2024	Não
46	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 269,0000	25/07/2024	Não
47	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	58	Unidade	R\$ 300,0000	17/07/2024	Não
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 296,0000	16/07/2024	Não
49	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 367,0000	16/07/2024	Não
50	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 299,0000	15/07/2024	Não
51	IV	BRANSALES ATACADISTA LTDA - Fornecedor	12		R\$ 1038,5200	05/03/2025	Sim
52	IV	Grupo Casas Bahia S.A. - Fornecedor	12		R\$ 1059,8900	05/03/2025	Sim
53	IV	ShowPneus Comércio Eletrônico - Fornecedor	12		R\$ 855,3900	05/03/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item

287675 - Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara , Dimensões: 205/75 Aro 16

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

28

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 525,0000

Média

R\$ 831,6029

Mediana

R\$ 830,0000

Coeficiente de Variação: 24,9125%

Desvio Padrão: 207,1729

Maior Preço: R\$ 1.194,5500

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	106	Unidade	R\$ 460,0000	17/02/2025	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	73	Unidade	R\$ 494,0000	27/01/2025	Não
3	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 443,0000	22/01/2025	Não

4	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 428,0000	26/12/2024	Não
5	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 460,0000	17/12/2024	Não
6	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 554,6100	13/12/2024	Sim
7	I	PREFEITURA DE PINHALAO - Compras. gov.br	30	Unidade	R\$ 410,0000	03/12/2024	Não
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	20	Unidade	R\$ 492,0000	29/11/2024	Não
9	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 840,0000	21/11/2024	Sim
10	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras. gov.br	37	Unidade	R\$ 420,7500	18/11/2024	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	40	Unidade	R\$ 497,6000	31/10/2024	Não
12	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 418,9900	08/10/2024	Não
13	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITAMA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 418,9900	08/10/2024	Não
14	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 525,0000	04/10/2024	Sim
15	I	PREFEITURA DE MARIPÁ - PR - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 416,0000	01/10/2024	Não
16	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 462,5000	27/09/2024	Não
17	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 497,0000	24/09/2024	Não
18	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 910,0000	24/09/2024	Sim
19	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 475,0000	20/09/2024	Não
20	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 772,4500	13/09/2024	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	6	Unidade	R\$ 566,8000	05/09/2024	Não
22	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 490,0000	04/09/2024	Não
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras. gov.br	10	Unidade	R\$ 550,0000	30/08/2024	Não
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 558,0400	14/08/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 435,0000	02/08/2024	Não
26	I	PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 742,8800	26/07/2024	Sim
27	I	CONSÓRCIO INT.DE SAÚDE DA R.DE U. CENTRO SUL - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 960,0000	23/07/2024	Sim
28	I	PREFEITURA DE GOIOERE - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 330,0000	09/07/2024	Não
29	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 423,0000	04/07/2024	Não
30	I	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2A REGIAO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 940,0000	03/07/2024	Sim
31	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 820,0000	02/07/2024	Sim
32	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	45	Unidade	R\$ 470,0000	19/06/2024	Não
33	I	PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL - Compras.gov.br	135	Unidade	R\$ 341,2800	19/06/2024	Não
34	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras. gov.br	8	Unidade	R\$ 360,0000	24/04/2024	Não
35	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO NOVO - MA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 637,0000	18/04/2024	Sim

36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 448,0000	13/03/2024	Não
37	IV	Magazine Luiza S/A - Fornecedor	28		R\$ 1.061,5100	05/03/2025	Sim
38	IV	HGS Comercio de Pneus Ltda - Fornecedor	28		R\$ 1.126,4000	05/03/2025	Sim
39	IV	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Fornecedor	28		R\$ 1.194,5500	05/03/2025	Sim

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item

618840 - Pneu Veiculo Automotivo Material Carcaça: Lona Poliéster , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência E Flexível , Material Flancos: Borracha Alta Resistência E Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Dimensões 1: 215 /60 R16 , Tipo: Sem Câmara

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

8

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 582,9900

Média

R\$ 851,0400

Mediana

R\$ 865,0000

Coefficiente de Variação: 24,8478%

Desvio Padrão: 211,4650



Maior Preço: R\$ 1.133,2200

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
i 1	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 450,0000	12/02/2025	Não
2	I	PREFEITURA DE ITACURUBI - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 357,0000	23/01/2025	Não
3	I	PREFEITURA DE ITACURUBI - Compras.gov.br	120	Unidade	R\$ 357,0000	23/01/2025	Não
4	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 461,0000	22/01/2025	Não
5	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 1.040,0000	16/12/2024	Sim
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 880,0000	16/12/2024	Sim
7	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 390,0000	13/12/2024	Não
8	I	ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 619,9000	22/11/2024	Sim
9	I	PREFEITURA DE BELA VISTA DO PARAISO - PR - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 582,9900	19/11/2024	Sim
10	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 340,0000	08/11/2024	Não
11	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 599,0000	07/11/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 410,0000	22/10/2024	Não
13	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 425,0000	22/10/2024	Não
14	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 498,0000	11/10/2024	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 651,4000	04/10/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE MARIPÁ - PR - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 370,0000	01/10/2024	Não

17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 317,0000	24/09/2024	Não
18	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 361,0000	24/09/2024	Não
19	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 425,0000	21/09/2024	Não
20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1	Unidade	R\$ 50.000,0000	19/09/2024	Não
21	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 305,0000	18/09/2024	Não
22	I	PREFEITURA DE APUCARANA - PR - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 386,0000	29/08/2024	Não
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 850,0000	14/08/2024	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 467,6000	26/06/2024	Não
25	IV	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Fornecedor	8		R\$ 1.065,1100	05/03/2025	Sim
26	IV	Magazine Luiza S/A - Fornecedor	8		R\$ 1.133,2200	05/03/2025	Sim
27	IV	Grupo Casas Bahia S.A - Fornecedor	8		R\$ 1.088,7800	05/03/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 9

Descrição do item

617720 - Pneu Veiculo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Aplicação: Veículo Gm, Modelo Trail Blazer Ltz 2.8 , Características Adicionais: Sem Câmara, 265/60 Aro 18

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

4

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 224,0000

Média

R\$ 1.127,3900

Mediana

R\$ 900,0000

Coefficiente de Variação: 90,9944%

Desvio Padrão: 1.025,8614



Maior Preço: R\$ 6.250,0000

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 800,0000	25/02/2025	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	114	Unidade	R\$ 700,0000	17/02/2025	Não
3	I	ECE - ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	404	Unidade	R\$ 650,0000	04/02/2025	Não
4	I	ECE - ESTADO DO CEARÁ - Compras.gov.br	1224	Unidade	R\$ 644,9900	04/02/2025	Não
5	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 650,0000	03/02/2025	Não
6	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 700,0000	30/12/2024	Não
7	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	90	Unidade	R\$ 829,9900	13/12/2024	Sim
8	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 780,0000	10/12/2024	Sim
		ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE -					

9	I	Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.690,2400	21/11/2024	Sim
10	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.150,0000	18/11/2024	Sim
11	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-AL - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 999,8000	18/11/2024	Sim
12	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 645,0000	08/11/2024	Sim
13	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	23	Unidade	R\$ 1.279,0000	06/11/2024	Sim
14	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 550,0000	01/11/2024	Não
15	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 684,0000	22/10/2024	Sim
16	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 620,0000	22/10/2024	Sim
17	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	11	Unidade	R\$ 900,0000	21/10/2024	Sim
18	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 1.080,0000	16/10/2024	Sim
19	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 1.080,0000	16/10/2024	Sim
20	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	190	Unidade	R\$ 649,0000	26/09/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 580,0000	24/09/2024	Não
22	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	22	Unidade	R\$ 970,0000	24/09/2024	Sim
23	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	68	Unidade	R\$ 970,0000	24/09/2024	Sim
24	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 551,0000	18/09/2024	Sim
25	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 840,5800	06/09/2024	Sim
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 900,0000	02/09/2024	Sim
27	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 575,0000	20/08/2024	Não
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.699,0000	14/08/2024	Sim
29	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 6.250,0000	14/08/2024	Sim
30	I	PREFEITURA DE PRIMEIRO DE MAIO - PR - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 224,0000	08/08/2024	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 737,5000	19/07/2024	Sim
32	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 625,0000	15/07/2024	Sim
33	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 562,3200	05/07/2024	Sim
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 467,0000	26/06/2024	Não
35	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - PA - Compras.gov.br	34	Unidade	R\$ 4.800,0000	17/06/2024	Não
36	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 991,0000	25/04/2024	Sim
37	IV	PNEU FREE DO BRASIL COMERCIO ELETRONICO LTDA - Fornecedor	4		R\$ 1.290,0000	05/03/2025	Sim
38	IV	Magazine Luiza S/A - Fornecedor	4		R\$ 1.443,3400	05/03/2025	Sim
39	IV	Carrefour Comércio e Indústria Ltda - Fornecedor	4		R\$ 1.453,5400	05/03/2025	Sim

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 10

Descrição do item
427548 - Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona
Poliéster , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem:
Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta
Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Dimensões: 205/60
R16

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
4

Consolidação dos preços cotados


Menor Preço
Média
Mediana

R\$ 726,8800
R\$ 903,3367
R\$ 916,4650

Método de cálculo adotado: Média

Coeficiente de Variação: 14,8878%
Desvio Padrão: 134,4867
Maior Preço: R\$ 1.098,0000

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 389,0000	20/02/2025	Não
2	I	PREFEITURA DE DOM BASILIO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 450,0000	19/02/2025	Não
3	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	766	Unidade	R\$ 500,0000	17/02/2025	Não
 4	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 425,0000	12/02/2025	Não
5	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 533,6500	05/02/2025	Não
6	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 423,0000	05/02/2025	Não
7	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 380,0000	05/02/2025	Não
8	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 460,0000	04/02/2025	Não
9	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	46	Unidade	R\$ 380,0000	04/02/2025	Não
10	I	PREFEITURA DE ITACURUBI - Compras.gov.br	240	Unidade	R\$ 312,0000	23/01/2025	Não
11	I	PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 345,0000	22/01/2025	Não
12	I	PREFEITURA DE SAO JOAO - PR - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 295,0000	21/01/2025	Não
13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 350,0000	30/12/2024	Não
14	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 296,0000	27/12/2024	Não
15	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 679,0000	23/12/2024	Não
16	I	ESP-SECRETARIA DE MEIO AMB., INFRAEST. E LOG - Compras.gov.br	72	Unidade	R\$ 500,0000	20/12/2024	Não
17	I	PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br	80	Unidade	R\$ 289,0000	20/12/2024	Não
18	I	ESP-SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 348,0000	19/12/2024	Não
19	I	PREFEITURA DE ROQUE GONZALES - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 340,0000	19/12/2024	Não

20	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 745,0000	16/12/2024	Sim
21	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 350,0000	13/12/2024	Não
22	I	PREFEITURA DE MANDIRITUBA - PR - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 290,0000	11/12/2024	Não
23	I	PREFEITURA DE MANDIRITUBA - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 280,0000	11/12/2024	Não
24	I	PREFEITURA DE PINHALAO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 299,0000	03/12/2024	Não
25	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 441,9900	28/11/2024	Não
26	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	84	Unidade	R\$ 565,0000	21/11/2024	Não
27	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.650,0000	18/11/2024	Não
28	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 726,8800	18/11/2024	Sim
29	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 445,0000	06/11/2024	Não
30	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 1.098,0000	04/11/2024	Sim
31	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	200	Unidade	R\$ 380,0000	30/10/2024	Não
32	I	PREFEITURA DE NOVA FATIMA - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 289,0000	30/10/2024	Não
33	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 320,0000	22/10/2024	Não
34	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 360,0000	22/10/2024	Não
35	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 354,0000	21/10/2024	Não
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 354,0000	21/10/2024	Não
37	I	PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 300,0000	18/10/2024	Não
38	I	PREFEITURA DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 311,5600	18/10/2024	Não
39	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	300	Unidade	R\$ 277,9900	11/10/2024	Não
40	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	260	Unidade	R\$ 334,9000	11/10/2024	Não
41	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 382,7200	11/10/2024	Não
42	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 450,0000	10/10/2024	Não
43	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 365,0000	04/10/2024	Não
44	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 400,0000	03/10/2024	Não
45	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 298,0000	01/10/2024	Não
46	I	PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 289,0000	01/10/2024	Não
47	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	9	Unidade	R\$ 414,7000	27/09/2024	Não
48	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 358,5800	26/09/2024	Não
49	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 700,0000	26/09/2024	Não
50	I	ESP-SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 511,3100	26/09/2024	Não
51	IV	GCS Comércio de Pneus Ltda - Fornecedor	4		R\$ 892,9400	07/03/2025	Sim

Amazon Serviços de Varejo do Brasil

52	IV	Ltda - Fornecedor	4	R\$ 1.017,2100	07/03/2025	Sim
53	IV	PODIUM SOM E ACESSORIOS AUTOMOTIVO LTDA ME - Fornecedor	4	R\$ 939,9900	07/03/2025	Sim

Legenda:

- ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
- i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 19/03/2025 17:05

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$